

DA CRISE REGIONAL ÀS NOVAS DINÂMICAS DE ESPECIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CACAU NO SUL DA BAHIA

Laís Boto Xavier

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Pós-Graduação em Geografia, Nova Iguaçu, RJ, Brasil
laisbotoxavier@live.com

Francisco das Chagas do Nascimento Jr.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia, Nova Iguaçu, RJ, Brasil
fnascimentojr@gmail.com

Jorge Chiapetti

Universidade Estadual de Santa Cruz, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Ilhéus, BA, Brasil
chiapeti@uesc.br

RESUMO

O Sul do estado da Bahia se notabilizou como um dos principais centros produtores e exportadores mundiais de cacau, ao longo do século XX. Entretanto, desde o final dos anos 1980, uma série de fatores estabelecidos tanto no plano externo, como no plano interno, contribuíram para a eclosão da chamada “crise do cacau”. A partir de então, observou-se o surgimento de novas estratégias empregadas por agricultores, cooperativas e empresas agrícolas, visando a reinserção da produção de amêndoas do Sul Baiano nos mercados nacional e internacional. Desse modo, o objetivo do presente trabalho foi analisar as atuais dinâmicas de especialização regional da produção de cacau no Sul da Bahia, dando-se destaque especial à produção de cacau orgânico certificado. Através de levantamento sistemático de dados secundários e da realização de pesquisas de campo, investigou-se a difusão daquele novo modelo de produção na tradicional região cacauzeira brasileira, assim como a constituição do seu respectivo circuito espacial de produção. Por fim, constatou-se que, apesar da produção de cacau orgânico ter possibilitado uma maior autonomia econômica e política aos produtores, tal modelo também opera uma “segmentação da região”, à medida que poucos agricultores conseguem se inserir nos novos e mais rentáveis circuitos espaciais de produtos certificados.

Palavras-chave: Especialização regional. Cacau orgânico certificado. Circuito espacial de produção.

FROM THE REGIONAL CRISIS TO THE NEW DYNAMICS OF SPECIALIZATION OF COCOA PRODUCTION IN THE SOUTH OF BAHIA

ABSTRACT

The South of the state of Bahia became famous as one of the main centers of world cocoa production and exportation, over the 20th century. However, since the late 1980s, factors established at the global level, as well as at the local level, contributed to the occurrence of the “cocoa crisis”. Since then, it has been observed the emergence of new strategies used by farmers, cooperatives and agricultural companies, aiming at the reinsertion of cocoa production of the South of Bahia in the national and international markets. Thus, the objective of the present paper was to analyze the new dynamics of the regional specialization of cocoa production in the Southern Bahia, with special emphasis on the production of certified organic cocoa. Through systematic collection of secondary data and field research, the diffusion of this new production model in the region was investigated, as well as the constitution of its space circuits of production. Finally, it was concluded that, although the production of organic cocoa has enabled greater economic and political autonomy for producers, this model also operates a “segmentation of the region”, because few producers manage to enter the new and more profitable ones space circuits of certified products.

Keywords: Regional specialization. Certified organic cocoa. Spatial productive circuit.

INTRODUÇÃO

Durante um longo período do século XX, o Brasil ocupou posição de destaque entre os maiores produtores e exportadores de cacau no mundo. Para a Bahia – principal produtor de amêndoas do país – o cacau se constituiu em importante fonte de divisas, configurando-se por décadas no principal produto exportado pelo estado. Foi o Sul Baiano – especialmente a região compreendida pela área de influência das cidades de Ilhéus e Itabuna – que se notabilizou pela significativa concentração da produção brasileira de amêndoas, tendo todo o seu processo de desenvolvimento urbano e regional fortemente influenciado pelos impulsos produzidos pela economia cacauceira (ROCHA, 2008; CHIAPETTI, 2009; NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015).

Contudo, durante as décadas de 1980 e 1990, transformações de ordem técnica, política e econômica foram responsáveis por culminar num marcante processo de estagnação da produção regional. A reorganização dos mercados agrícolas globais; o rebaixamento dos preços internacionais de *commodities* agrícolas; o maior poder de regulação sobre a produção e comercialização de amêndoas exercido pelas grandes corporações do agronegócio (em detrimento da capacidade de negociação dos agricultores e dos países produtores); o fim dos subsídios do Estado brasileiro aos cacauicultores e a disseminação da praga “vassoura de bruxa” – responsável por dizimar as lavouras de cacau do Sul da Bahia – concorreram para a eclosão da chamada *crise do cacau*, evento que, entre outras formas, se expressou através da vertiginosa queda da produção e da exportação de amêndoas pela principal região produtora do país (CHIAPETTI, 2009; 2014).

Foi neste contexto e, como forma de superar a “crise do cacau”, que novas estratégias de inserção da produção cacauceira do Sul Baiano no mercado (inter) nacional passaram a ser implementadas na região. Em linhas gerais, foram desenvolvidas estratégias orientadas à promoção de modelos de produção e comercialização do cacau (e derivados) ancorados na valorização da qualidade superior do produto, assim como na revalorização de formas específicas de produção praticadas historicamente na região, dentre as quais destaca-se o sistema de produção cabruca¹, modelo de lavoura sombreada, realizada em meio a Mata Atlântica.

As novas estratégias adotadas por produtores, com apoio de instituições de pesquisa, associações de classe, poder público (governos estadual e federal) e empresas buscaram, de maneira geral, ressignificar a produção local e ao mesmo tempo revalorizá-la, distinguindo-a das demais regiões produtoras de cacau através da evidencição de sua origem particular e da qualidade superior da produção, e do reconhecimento e certificação de formas ecologicamente sustentáveis de desenvolvimento das lavouras. Em suma, pode-se dizer que o intuito dos agentes foi o de consolidar “marcos de distinção”² (HARVEY, 2005) da produção regional, conferindo a ela e aos cacauicultores maior identidade; agregando maior valor à produção; e possibilitando a região tornar-se menos vulnerável às oscilações de preços e as baixas remunerações, muito comuns nos mercados mundiais de produtos agrícolas padronizados (tipo *commodity*).

Tal esforço de diferenciação da produção regional esteve alinhado ao fenômeno denominado de “*descommoditização*” da produção agrícola (DAVIRON e VAGNERON, 2011), movimento abrangente e cujo objetivo vem sendo o de aproximar produtores e consumidores; reduzir o número de intermediários na comercialização dos produtos; conferir aos agricultores maior autonomia no mercado agrícola; além de agregar valor à produção, através de certificações que destaquem atributos como a qualidade única dos produtos, a procedência geográfica e as técnicas especiais de manejo agrícola empregados na lavoura (COGUETO, 2014; FREDERICO e BARONE, 2015).

O movimento de certificação de sistemas específicos de produção constitui-se num fenômeno que abrange atualmente os mais diversos produtos agrícolas, podendo citar como exemplos a produção de vinhos, café, queijo, cacau, frutas tropicais, entre outros. De maneira geral, as certificações podem contemplar diferentes aspectos da produção, tais como: as denominações geográficas de origem (Indicação de Origem ou Indicação de Procedência); a realização de comércio justo (*Fair Trade*); a certificação de bens produzidos através de técnicas ecologicamente sustentáveis (orgânico, biodinâmico, *Rainforest*); e a produção de bens agrícolas de qualidade superior (produtos finos,

¹ Segundo Lobão (2007, p. 7), “a palavra cabruca é, possivelmente, uma corruptela do verbo brocar, a qual deu origem a uma outra, cabrocar ou cabruçar, que significa roçar a mata, cortando arbustos e algumas árvores para plantar o cacauceiro”.

² Para Harvey (2005, p. 228-235), os “marcos de distinção” compreendem formas materiais e simbólicas, tais como o “meio ambiente construído” e as “práticas culturais historicamente constituídas”, responsáveis por atribuir identidade aos lugares e torná-los únicos, autênticos, singulares.

gourmet) (COGUETO, 2014; FREDERICO e BARONE, 2015).

Em tese, a busca pela consolidação dos marcos de distinção da produção local é propugnada como alternativa às regiões agrícolas para que estas se tornem menos instáveis e vulneráveis frente ao mercado mundial de *commodities* e, concomitantemente, os produtores tornem-se também menos subordinados às políticas e ao poder regulador dos mercados exercido pelas grandes empresas (*tradings*, processadoras, exportadoras) atuantes no agronegócio global (FREDERICO, 2013; COGUETO, 2014).

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi o de avaliar as novas dinâmicas de especialização da produção de cacau promovidas no Sul da Bahia após a crise vivenciada pela região. Particularmente, através de análise empírica apoiada tanto em dados secundários, como em levantamentos de campo (entrevistas e visitas técnicas à empresas, agricultores³, centros de pesquisa e cooperativas), buscou-se investigar o processo de implantação do sistema de produção de cacau orgânico certificado naquela que, ainda hoje, se configura como uma das principais regiões cacauicultoras do Brasil. A certificação deste tipo de produção – a produção orgânica – vem se constituindo numa das estratégias adotadas por produtores locais para explorar novos nichos de mercado, ao passo que também sinaliza para um relativo processo de “reestruturação” e “atualização” produtiva do Sul Baiano.

Desse modo, considerando o tema e os propósitos do trabalho, organizou-se o presente artigo em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentou-se a dinâmica de expansão da produção de cacau no Brasil, bem como a histórica concentração regional dessa produção no Sul da Bahia. Em seguida, realizou-se uma breve caracterização da cacauicultura mundial, destacando-se a emergência de novos centros produtores, e indicou-se os principais fatores (internos e externos) que contribuíram para a eclosão da crise regional pela qual passou o Sul Baiano, entre as décadas de 1980 e 1990.

Na terceira parte do trabalho, analisou-se a emergência da produção de cacau orgânico certificado no Brasil, especificamente o desenvolvimento deste tipo de produção no Sul Baiano. Neste momento do trabalho, ainda que de maneira breve, esboçou-se a descrição do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação⁴ (CASTILLO e FREDERICO, 2010) que sustentam e viabilizam o novo processo de especialização produtiva da tradicional região cacauicultora do país.

Ademais, como um esforço de reflexão e de crítica, destaca-se que no decurso do trabalho buscou-se responder uma questão cujo enfrentamento mostrou-se necessário conforme se avançou no desenvolvimento da pesquisa. Afinal, será que a certificação da produção de cacau se constitui em instrumento capaz de fomentar um processo amplo e mais equânime de desenvolvimento regional, ou tais estratégias de valorização e controle da produção no campo tendem a criar novas diferenças entre produtores, fomentando assim desigualdades intrarregionais de novo tipo?

PRODUÇÃO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS: INSTABILIDADE TERRITORIAL E INSERÇÃO SUBORDINADA NO MERCADO MUNDIAL

A produção de bens primários voltados à exportação se caracteriza como uma atividade que há tempos assume relevância para a compreensão do processo de formação do território brasileiro e de suas regiões. No decorrer da história brasileira, a produção de determinados gêneros agrícolas, tais como a cana de açúcar, o café, o cacau, o algodão, a soja, entre outros, foi responsável por caracterizar a própria forma (subordinada) de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, assim como definiu a dinâmica extravertida de constituição e desenvolvimento de muitas regiões do país (SANTOS e SILVEIRA, 2001; FURTADO, 2004; PEREIRA, 2010).

Todavia, apesar de tal modelo de “desenvolvimento” ter proporcionado a geração de grandes riquezas, ele também tornou produtores e regiões vulneráveis, suscetíveis à crises, visto que a lógica

³ Ressalta-se que os nomes empregados para identificar os agricultores neste trabalho são fictícios, e tem a finalidade de resguardar as identidades dos mesmos. Ainda, destaca-se que as informações primárias apresentadas contaram com a anuência dos entrevistados.

⁴ Conforme esclarecem Castillo e Frederico (2010), os circuitos espaciais de produção compreendem os fluxos de bens e mercadorias que perpassam as diferentes etapas geograficamente separadas da produção (produção propriamente dita, circulação, troca e consumo), enquanto os círculos de cooperação da produção correspondem as ordens, informações, conhecimentos, capitais, isto é, os fluxos imateriais que exprimem o controle e a regulação exercida pelos diferentes agentes e lugares sobre o processo geral de produção.

primário-exportadora aliena os agricultores e as respectivas regiões produtoras, submetendo-os aos interesses dos grandes agentes e centros de decisão mundiais (FREDERICO, 2013).

A produção brasileira de cacau exemplifica claramente o papel extravertido das regiões e de criação de instabilidades territoriais que aquela forma de inserção subordinada do país no mercado internacional tem historicamente promovido. Segundo Chiapetti (2009), a cacauicultura teve, ao longo do século XX, grande relevância para as exportações brasileiras e, no início dos anos 1950, o cacau se destacava como o terceiro produto mais exportado pelo país. Contudo, como diversas *commodities* agrícolas⁵, a produção brasileira de cacau teve em sua história “altos e baixos” e, desde o fim dos anos 1980, passou a vivenciar uma profunda crise, resultante da redução dos financiamentos agrícolas pelo Estado; a diminuição dos investimentos no melhoramento das lavouras; a ascensão de novos centros produtores de cacau no mercado mundial; o rebaixamento dos preços da *commodity* no mercado internacional; e a disseminação da “vassoura-de-bruxa” (*Moniliophthora perniciosa*) na principal região produtora do país - o Sul Baiano (ROCHA, 2008; CHIAPETTI, 2014).

DINÂMICAS DE EXPANSÃO E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL DA PRODUÇÃO DE CACAU NO BRASIL

Desde os primeiros anos do século XX, a produção de amêndoas de cacau passou a ocupar papel de destaque no Brasil. Consequência de um contexto internacional favorável, associado ao consumo crescente desta *commodity* e seus derivados (com destaque para o chocolate) especialmente nos Estados Unidos e na Europa, a produção de cacau encontrou no território brasileiro, sobretudo no Sul do estado da Bahia, as condições edafoclimáticas, técnicas e políticas que favoreceram o rápido desenvolvimento e expansão dessa lavoura (ROCHA, 2008; CHIAPETTI, 2009; GOMES e PIRES, 2015).

Já no decorrer dos anos 1950, o Brasil se notabilizava como um dos principais centros produtores e exportadores de cacau do mundo, conservando essa posição ao longo das três décadas seguintes (FGV, 1985). Entretanto, para alcançar tal posição, o Estado brasileiro atuou sistematicamente na cooperação para a expansão e o aprimoramento da lavoura. Em 1957 foi criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão público que teve o propósito de apoiar a elite cacaueira com créditos agrícolas e facilitar a comercialização da produção brasileira de amêndoas. Além disso, desde 1962, a Ceplac intensificou suas atividades de pesquisa agrônômica, passando a se tornar uma importante instituição de aprimoramento técnico da cacauicultura, sendo mundialmente reconhecida. De acordo com Chiapetti,

[...] a CEPLAC fortaleceu suas atividades com a implantação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC), do Centro de Extensão (CENEX) e da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira (EMARC), tornando-se uma das principais referências de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo. Assim, o cacau “embarcou” definitivamente na Revolução Verde e a condução da atividade se deu com um conteúdo, cada vez mais crescente, de ciência, de técnica e de informação (CHIAPETTI, 2009, p. 49).

Tanto a Ceplac como os centros de pesquisas do cacau foram implementados como círculos de cooperação estabelecidos pelo Estado, e se caracterizaram como instrumentos para fomentar a expansão da cacauicultura no país, fornecendo o apoio técnico e institucional necessários para que agricultores e regiões produtoras pudessem ampliar suas lavouras e aumentar sua produtividade.

Com as mudanças progressivas das bases técnicas de produção no campo ocorridas a partir da década de 1960, surgiram nos anos seguintes os primeiros resultados do processo de modernização da cacauicultura. Entre os anos de 1970 e 1985, a produção de cacau no Brasil apresentou expansão de mais de 100%, ocasionada pelos avanços tecnológicos inseridos na lavoura, as políticas de apoio financeiro conduzidas pelo Estado e estimulado pelo permanente aumento da demanda mundial pela *commodity*. Os estados brasileiros que mais se destacaram na produção de amêndoas durante aquele período foram a Bahia, o Pará, o Espírito Santo e Rondônia (Tabela 1).

⁵ Segundo Frederico (2013, p.98), “commodity é um termo em inglês que significa mercadoria. Mas na acepção aqui assumida, não se trata de qualquer tipo de mercadoria, refere-se a produtos principalmente primários ou semielaborados, geralmente agrícolas ou minerais, mundialmente padronizados, com preços cotados e negociados pelas principais bolsas de mercadorias”.

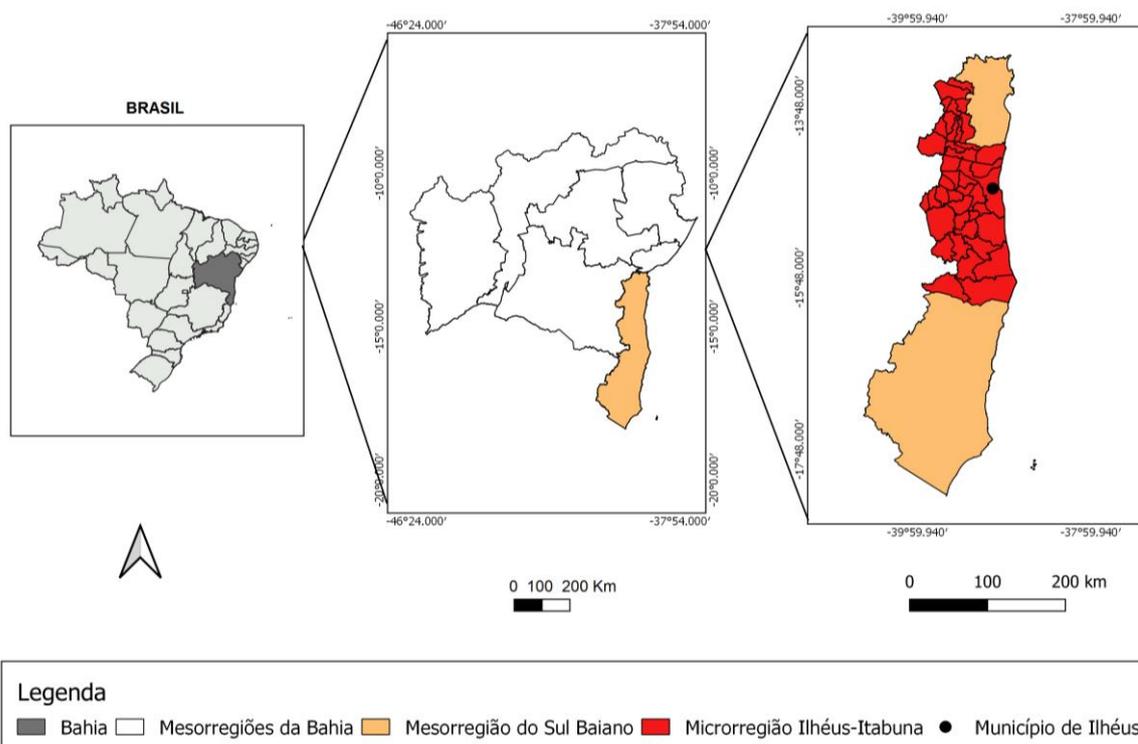
No entanto, apesar da produção de cacau ter experimentado uma rápida expansão entre as décadas de 1970 e 1980, podendo-se observar inclusive a constituição de novos *fronts* cacauicultores no Brasil, esta lavoura não se difundiu de forma homogênea pelo território. No curso da sua história, a produção de cacau se caracterizou por apresentar uma forte concentração territorial, sobretudo no Sul do estado da Bahia. Através do desenvolvimento de um sistema de produção agroflorestal, o sistema cabruca, – caracterizado por conciliar a realização da produção em grande escala em consórcio com a conservação da mata nativa –, e por intermédio dos apoios de toda ordem (técnicos, políticos, financeiros) despendidos pelo Estado à elite cacauzeira regional (através, sobretudo, da Ceplac), o Sul Baiano – especialmente a área compreendida pela zona de influência das cidades de Ilhéus e Itabuna (Figura 1) – se consolidou como a principal região cacauicultora do país, passando a desempenhar um papel de destaque para o desenvolvimento dos circuitos mundiais de produção de cacau e seus derivados.

Tabela 1 – Produção de cacau no Brasil em toneladas de 1940 à 2017.

	1940	1950	1960	1970	1985	1995	2006	2017
Brasil	108.076	146.728	169.050	204.477	472.737	242.104	199.171	159.856
Bahia	103.269	139.431	161.581	195.207	424.996	215.486	155.656	85.244
Pará	2.053	2.612	1.965	1.548	22.329	15.062	28.888	67.024
Espírito Santo	1.004	2.608	3.772	5.889	12.104	6.165	7.025	5.296
Rondônia	-	-	-	8	9.814	3.605	5.951	1.854
Amazonas	1.589	2.007	1.458	1.762	2.148	988	1.331	258
Outros	161	70	274	244	1.373	798	321	180

Fonte: IBGE, 2006; 2017.

Figura 1 – Bahia: localização das mesorregiões e da microrregião de Ilhéus-Itabuna



Fonte: IBGE, 2015.

A concentração e a especialização regional da produção de cacau no Sul da Bahia foram marcantes. Somente entre as décadas de 1950 e 1980 a região foi responsável por realizar um volume sempre próximo a 80% da produção nacional de amêndoas, sendo grande parte dessa produção destinada à exportação (CHIAPETTI, 2009; GOMES e PIRES, 2015). Não obstante, devido a relação estreita estabelecida historicamente entre o desenvolvimento da economia cacauífera e a formação do Sul Baiano, a própria região passou a ser conhecida popularmente como a “terra do cacau”, ou a “região cacauífera da Bahia”.

Essa especialização produtiva regional manteve-se, e mesmo aprofundou-se, ao longo de toda a segunda metade do século XX. A partir dos anos 1970, sob o contexto da política de substituição das importações, iniciou-se, por exemplo, a implantação de um parque industrial de processamento de cacau no Sul Baiano. Sob estímulos financeiros e fiscais, grandes corporações atuantes na cadeia produtiva do cacau se instalaram na região, então já reconhecida como um dos principais centros produtores de cacau do mundo.

A Cargill S/A, grande corporação estadunidense atuante no mercado agrícola mundial, instalou sua planta moageira – a Cargill Cacau – no município de Ilhéus/BA, no ano de 1979. A Nestlé, multinacional de origem Suíça, foi inaugurada na cidade de Itabuna/BA também na mesma época, 1980. Por sua vez, a estadunidense Archer Daniels Midland Company (ADM) iniciou suas atividades em 1997, após adquirir a processadora de cacau Joanes S/A, empresa que já se situava no parque industrial de Ilhéus. Por fim, a Barry Callebaut S/A, multinacional de origem Suíça, após adquirir a Chadler S/A se instalou também em Ilhéus em 1999, onde desde então atua no beneficiamento de cacau e derivados (TOLEDO, 2005; CHIAPETTI, 2009).

Deste modo, a partir de ações governamentais de atração de grandes empresas e, posteriormente, através de processos de fusão e incorporação, observou-se na região a implantação do maior parque moageiro de cacau do país⁶, o qual trouxe como principal marca a exacerbação do papel de comando exercido pelas grandes corporações estrangeiras, sobretudo na compra, processamento e exportação de cacau e derivados produzidos na região.

Todavia, desde o final dos anos 1980, o dinamismo do Sul da Bahia passou a sofrer forte revés, resultado de um conjunto de eventos sucedidos em diferentes escalas, e que foram responsáveis por fazer regredir tanto a produção como a exportação regional de cacau. No plano interno, a crise fiscal do Estado brasileiro levou a uma significativa redução da oferta de crédito rural subsidiado aos cacauicultores, situação esta que comprometeu tanto a produtividade como a rentabilidade das lavouras de cacau do Sul Baiano, haja vista a maior dificuldade encontrada pelos produtores para financiarem a renovação permanente de “pacotes tecnológicos” (insumos modernos) utilizados no campo (CHIAPETTI, 2014).

Concomitantemente, no plano externo, um movimento de reorganização da cacauicultura mundial se estabeleceu, produzindo também fortes repercussões sobre o Sul Baiano. Basicamente, novos centros produtores de cacau emergiram, ao passo que o excesso de oferta de cacau no mercado internacional provocou um forte rebaixamento dos preços da *commodity*. Segundo Menezes (1993), enquanto na safra 1977/78 o preço da tonelada do cacau alcançou 4.000 dólares, na década de 1980 caiu para cerca de 2.000 dólares e, no início dos anos 1990 (safra 1991/1992) atingiu sua menor cotação durante o período, apenas 900 dólares a tonelada.

Desse modo, com os preços baixos pagos pelo cacau, as dificuldades de acesso ao crédito rural e os baixos investimentos no melhoramento técnico das lavouras, a produção de cacau do Sul Baiano passou a se tornar pouco produtiva e rentável, o que implicou no endividamento de muitos cacauicultores e/ou levou ainda os mesmos a abandonarem suas lavouras. Foi então diante desta situação de fragilidade regional que, no final dos anos 1980, a doença conhecida popularmente como “vassoura de bruxa” se disseminou com grande intensidade no Sul Baiano, reduzindo drasticamente a produção regional de amêndoas, na medida em que a mesma não dispunha de meios eficazes para o seu controle (ROCHA, 2008; CHIAPETTI, 2014; NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015).

⁶ De acordo com Zugaib et. al. (2006), no ano de 2005 apenas cinco empresas responderam por todo o processamento de amêndoas de cacau realizado no Brasil. Das 201.474 toneladas de cacau processadas naquele ano, a Cargill foi responsável por 35%, a ADM e a Barry Callebaut por 25% cada, enquanto Nestlé/Delfi e Ideca responderam por 9% e 6%, respectivamente. Destaque-se que destas empresas, apenas a Ideca não possuía sua unidade fabril localizada no Sul da Bahia, o que indica o alto nível de concentração territorial do parque moageiro nacional.

Somente entre as décadas de 1980 e 1990 a produção brasileira de cacau foi reduzida quase pela metade, de 428.517 para 242.104 toneladas, um efeito direto da queda acentuada da produção no principal estado cacauicultor do país, a Bahia, que viu sua produção retroceder de 381.034 para 215.486 toneladas no mesmo período (Tabela 1).

Assim, face a esse conjunto de eventos a tradicional região cacauicultora brasileira imergiu em uma profunda crise, consequência tanto da sua forte dependência em relação aos financiamentos públicos (tornados escassos), como também da sua profunda subordinação em relação às demandas e imposições do mercado internacional (CHIAPETTI, 2014; NOIA; MIDDLEJ; ROMANO, 2015).

(RE)ORGANIZAÇÃO DA CACAUCULTURA MUNDIAL E CRISE REGIONAL: A BUSCA POR NOVAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NO SUL BAIANO

Os problemas que passaram a ser vivenciados pelo Brasil no plano interno (a redução dos financiamentos agrícolas pelo Estado e a disseminação da “vassoura de bruxa” na principal região produtora do país) e no plano externo (o surgimento de novos países produtores e a queda dos preços internacionais da *commodity*), levaram a uma profunda redução da produção e das exportações de cacau pelo país. Segundo Rocha (2008), o Brasil, antes o segundo maior produtor de cacau do mundo (até a década de 1980), perdeu seu posto para outros países, passando agora a ocupar apenas o sexto lugar.

De acordo com os dados da Organização Internacional do Cacau (ICCO), em 2015 o Brasil ainda permanecia entre os principais produtores mundiais de cacau convencional, também denominado *bulk*⁷. Contudo, o continente africano destacava-se por ser responsável por realizar mais de 72% da produção mundial, sendo distantemente seguido pela América, com 16,6%, e pela Ásia, com 9,4%. Em 2015, somente a Costa do Marfim foi responsável por mais de 42% de todo o cacau produzido no mundo, ao passo que Gana, Indonésia, Equador, Camarões, Brasil e Nigéria responderam, respectivamente, por 17,4%, 7,6%, 6,1%, 5,5%, 5,4% e 4,6% da produção mundial (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção mundial de cacau (mil toneladas), 2015.

África	3.074	72.3%
Costa do Marfim	1.796	
Gana	740	
Camarões	232	
Nigéria	195	
Outros	110	
América	777	18.3%
Equador	261	
Brasil	230	
Outros	286	
Ásia e Oceania	400	9.4%
Indonésia	325	
Papua-Nova Guiné	36	
Outros	39	
Total	4.251	100%

Fonte: ICCO, 2017.

Conforme esclarece Rocha (2008), mesmo que o Brasil conseguisse resolver seus problemas internos e ampliasse sua produção, encontraria grandes dificuldades para competir com os países africanos no mercado internacional de cacau convencional (tipo *bulk*). Isso porque, entre outras

⁷ Para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), “bulk”, ou cacau não aromático, corresponde ao cacau padrão, tipo *commodity*, cuja cotação é definida pela Bolsa de Nova Iorque e Londres.

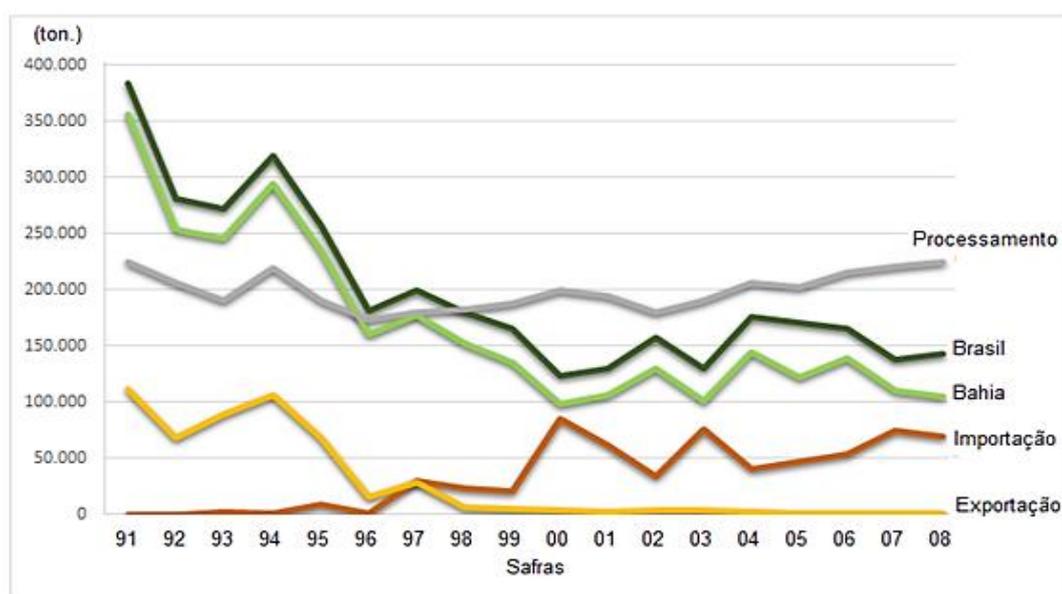
razões, os custos com a mão-de-obra nas lavouras daqueles países são baixíssimos. De acordo com a autora, enquanto os trabalhadores rurais brasileiros “[...] recebem em torno de US\$ 850 por ano, os africanos recebem, em média, US\$ 165, isto quando são remunerados” (ROCHA, 2008, p. 99). Deve-se salientar que alguns países africanos, como a Costa do Marfim, são regularmente denunciados por basear sua produção de cacau em formas de trabalho análogas à escravidão⁸.

Ademais, além da ascensão de novos centros mundiais produtores de cacau e da regressão da produção brasileira de amêndoas, a partir do início dos anos 1990, a “crise do cacau” no Brasil – e sua manifestação territorial, a “crise da região cacauzeira” – ganhou novos conteúdos e apresentou novas nuances. Em função da drástica queda da produção de amêndoas, o Sul Baiano passou a importar cacau para suprir as demandas por matéria-prima das grandes empresas moageiras instaladas na região (Barry Calleabaut, Cargil, ADM, Nestlé/Delfi). Para tanto, essas empresas acionaram o mecanismo político-econômico criado pelo Estado brasileiro denominado *Drawback*, o qual, segundo Zugaib,

[...] se caracteriza como um incentivo concedido às empresas fabricantes-exportadoras, que permitem importar, livre do pagamento de tributos e taxas, itens destinados a integrar um produto final, por transformação, beneficiamento ou composição, com a condição básica deste ser exportado (ZUGAIB, 2005, p.3).

As importações de cacau pelo Brasil ocorreram pela primeira vez durante a safra 1992/93, quando foram adquiridas 2.171 toneladas do exterior. Desde então, tal prática se tornou recorrente, ao ponto de mudar a própria condição do Sul Baiano de tradicional região exportadora de amêndoas de cacau para regular importadora (Figura 2). Gana, Costa do Marfim e Indonésia, são aqueles países que mais frequentemente fornecem amêndoas para abastecer o parque processador de cacau instalado na região⁹.

Figura 2 – Brasil: produção, processamento, importação e exportação de cacau (em toneladas) entre 1991 à 2008.



Fonte: ZUGAIB, 2008.

⁸ Os documentários “Slavery: A Global Investigation” (Escravidão: Uma Investigação Global) (2000) e “The dark side of chocolate” (O lado negro do chocolate) (2010) abordam com maior detalhamento o assunto.

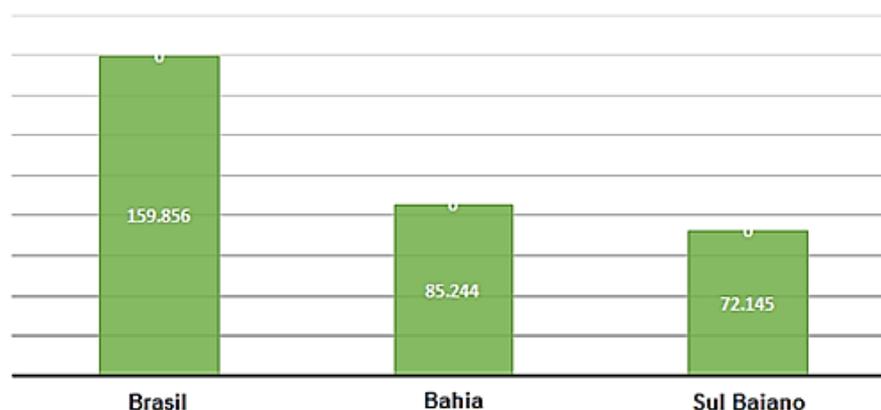
⁹ Conforme Rocha (2008, p. 110), “O porto do Malhado, em Ilhéus, que, em 1993, exportava acima de 80 mil toneladas de cacau auferindo mais de 80 milhões de dólares, cai, em 1999, para 5 toneladas, entrando apenas sete mil dólares em divisas, tendo sido o último ano que o produto entra na pauta de exportações”. Ainda, a autora destaca que “em dez anos, as indústrias moageiras instaladas no Sul do estado da Bahia compraram de países do Sudeste Asiático e da África em torno de 500 mil toneladas de cacau, o equivalente à produção média em quase quatro anos (Ibidem, p. 113)”.

Pode-se dizer que o acionamento do mecanismo *Drawback* pelas grandes corporações, exacerbou e aprofundou a condição do Sul Baiano como um “espaço nacional da economia internacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Isso porque a importação de cacau para suprir as demandas do parque industrial moageiro da região constitui-se em uma situação vantajosa, sobretudo, para as grandes corporações ali presentes, que puderam recorrer de forma oportuna a uma norma nacional para o atendimento de suas demandas por matérias-primas a “preços competitivos”, definidos no âmbito do mercado internacional de *commodities*.

Por outro lado, os cacauicultores da região foram colocados numa posição desvantajosa, visto que tiveram os preços de seus produtos permanentemente regulados (para não dizer rebaixados) pelo mercado externo, sobretudo nas ocasiões onde a menor oferta de amêndoas pela região poderia implicar numa maior valorização da produção e proporcionar aos produtores locais ganhos maiores com a lavoura. Não obstante, diante deste conflito de interesses entre cacauicultores e empresas moageiras, um debate constante se instalou na região desde então, à medida que produtores passaram a reivindicar a suspensão do *Drawback* e das importações de cacau, algo que, por sua vez, não é aceito pelas empresas moageiras¹⁰.

Contudo, em que pese a drástica redução da produção de cacau ocorrida no estado da Bahia, vale destacar que este ainda manteve-se como o principal estado produtor de amêndoas do Brasil. Apesar da consolidação de novos *fronts* cacauicultores, especialmente no Pará, Espírito Santo e Rondônia (Tabela 1), e sem desconsiderar a expressiva diminuição da produção de amêndoas ocorrida na Bahia entre 1996 e 2017 (quando a produção estadual decresceu de 215 mil para apenas 85 mil toneladas) – resultado tanto dos baixos preços pagos pela *commodity*, como também do abandono das lavouras e a falência de muitos produtores no estado (ROCHA, 2008; CHIAPETTI, 2009) –, em 2017 o estado ainda foi responsável por mais da metade da produção nacional de amêndoas (53%), ao passo que somente o Sul Baiano, realizou mais de 45% da produção total de cacau do país (72.145 toneladas) (Figura 3).

Figura 3 – Produção de cacau (amêndoas) em toneladas no Brasil, no estado da Bahia e na mesorregião do Sul Baiano, 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

Assim, apesar da “crise regional”, nota-se que uma significativa concentração e especialização regional da produção de cacau persiste, o que atribui àquele subespaço nacional uma posição ainda de destaque para a desenvolvimento dos circuitos espaciais de produção de cacau e derivados no Brasil.

Em outras palavras, pode-se dizer que diferentemente da visão comumente apregoada sobre a “crise do cacau” e sua correspondente manifestação territorial, a “crise da região cacauífera”, esta não

¹⁰ Em 2013, conforme foi noticiado pelo *site* da revista Valor Econômico (05/03/2013), após a chegada de uma embarcação oriunda de Gana no porto de Ilhéus, Bahia, diversos cacauicultores protestaram contra “a importação de cacau a preços mais baixos que os valores praticados no mercado interno”. Realizando a queima de sacas de amêndoas de cacau, os cacauicultores defenderam ainda a regulamentação do *drawback*, taxas para a importação de amêndoas e a inserção do cacau nacional na política de preços mínimos do governo.

significou o “encerramento de um ciclo”, a “estagnação” ou mesmo o “fim” da produção no Sul da Bahia. Isso porque, como pôde-se verificar no decorrer das últimas duas décadas, parte significativa da produção de amêndoas na região manteve-se ativa, apesar de ter sido realizada em menor volume. Ademais, acrescentasse que, além da produção convencional, tipo *bulk*, passou-se também a se praticar, cada vez mais, na região, sistemas de produção de cacau alternativos.

A partir dos anos 1990, portanto desde a chamada “crise da região cacauzeira”, viu-se surgir os primeiros esforços de implantação no Sul da Bahia de modelos de produção de cacaus especiais, pautados tanto na produção de amêndoas com qualidade superior – o cacau fino ou *premium*, por exemplo –, como na (re)valorização (e certificação) de práticas e técnicas de manejo agrícolas baseadas nos princípios da sustentabilidade ambiental – como a produção de cacau orgânico realizado a partir do sistema “cabruca”, um sistema de lavoura sombreado, realizado historicamente na região (LOBÃO, 2007; ROCHA, 2008).

A busca pelo desenvolvimento de modelos especiais e certificados de produção de cacaus na região, teve entre seus objetivos reforçar os “marcos de distinção” (HARVEY, 2005) da produção regional; possibilitar aos agricultores agregar maior valor à sua produção; explorar novos nichos de mercado; atribuir maior identidade ao produtor e, assim, desvincular os agricultores e a região do mercado convencional de produtos agrícolas padronizados (*commodity*), tão caracterizado pelos valores baixos pagos aos produtores e pelo forte poder de regulação dos mercados exercido pelas grandes corporações atuantes na cacauicultura mundial (*tradings*, exportadoras, processadoras).

Ainda que de forma bastante seletiva – tanto social como territorialmente – os sistemas de produção de cacaus especiais vem se expandindo no Sul Baiano ao longo das últimas duas décadas, à medida em que alguns produtores, cooperativas e empresas agrícolas, dispendo de conhecimentos e de condições técnicas e financeiras, foram progressivamente aderindo a tais modelos e alcançando uma maior valorização de suas lavouras. Estima-se que a produção de cacaus especiais na Bahia represente, pelo menos, 3% do volume total de amêndoas produzidas pelo estado (SANTOS; SANTOS, 2015; SEBRAE, 2019), o que corresponderia, no ano de 2019, a cerca de 3.000 toneladas.

A partir de levantamento de informações junto à certificadoras e, através de visitas de campo à produtores (Cooperados da Cabruca) e empresas (Agrícola Conduru, Cargill) atuantes na tradicional região cacauzeira da Bahia, pôde-se identificar a existência de diversas certificações de produção de cacau ativas, as quais valorizam aspectos como práticas de produção ecologicamente e socialmente corretas (certificação Orgânica, Biodinâmica, UTZ e *RainForest*); além de outras formas de distinção que valorizam, por exemplo, a origem geográfica do produto (Indicação de Procedência - Cacau Sul da Bahia) e a qualidade superior das amêndoas produzidas na região (cacau fino ou *premium*)¹¹. Tal situação revela uma relativa diversidade de formas de produção de cacau desenvolvidas no Sul Baiano, como também aponta para um processo de aprofundamento da especialização produtiva regional em curso nas últimas décadas.

Da mesma maneira, a nova dinâmica de especialização produtiva do Sul da Bahia, indica novas estratégias adotadas por produtores, cooperativas, empresas agrícolas, em parceria com instituições de pesquisa, associações de classe e poder público (governo estadual e federal) para (re)inserir a produção regional nos modernos circuitos produtivos (inter)nacionais de cacau e derivados, sinalizando ainda para um movimento de “atualização” da tradicional região cacauicultura brasileira.

A PRODUÇÃO DE CACAU ORGÂNICO CERTIFICADO NO SUL DA BAHIA: INICIATIVAS DE IMPLANTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO

A produção brasileira de cacau orgânico certificado se constitui num fenômeno relativamente recente e, a partir dos dados disponíveis, pode-se dizer que se caracteriza como uma atividade de proporções modestas, sobretudo quando comparada com a escala de produção do cacau convencional, tipo *bulk*. Calcula-se que entre 2005 e 2006, a produção brasileira de cacau orgânico alcançou a marca de

¹¹ Um produtor rural do Sul Baiano ganhou em 2010 e 2011 o prêmio de “Cacau de excelência”, durante o Salão Internacional de Chocolate de Paris. Tal premiação ao mesmo tempo que constatou um novo movimento de especialização da produção de cacau em curso no Sul Baiano impulsionou a emergência de novas iniciativas de produção de cacau de qualidade superior na região (MERCADO DO CACAU, 2019).

apenas 1.100 toneladas, o que representou menos de 0,6% do total de amêndoas de cacau produzidas pelo país no período (ICCO, 2006)¹².

Desde o final dos anos 1990, especialmente o Sul da Bahia se constitui numa das principais regiões onde se desenvolve a produção de cacau orgânico certificado no Brasil. Como uma estratégia para “contornar” a “crise do cacau” vivenciada pelos produtores da região; fortalecer modelos de produção ecologicamente sustentáveis; desvincular a produção local do mercado de *commodities*; e, agregar maior valor à produção, alguns poucos produtores da região, ainda de forma bastante incipiente, promoveram as primeiras experiências de prática da agricultura orgânica e (re)valorização de modelos específicos de produção desenvolvidos historicamente na região, como é o caso do sistema “cabruca”, um modelo de lavoura realizado em consórcio com a Mata Atlântica (LOBÃO, 2007; ROCHA, 2008).

Contudo, pode-se dizer que foi, sobretudo, a partir dos anos 2000, com a ampliação do consumo nacional e internacional de produtos orgânicos (DAVIRON e VAGNERON, 2011; PIRES et. al., 2015), e sua consolidação como um importante e valioso nicho de mercado (SEBRAE, 2019), que uma multiplicidade maior de agentes da região, tais como pequenos e médios agricultores capitalizados, cooperativas, agricultores familiares e empresas agrícolas passaram a atuar de forma sistemática no circuito espacial de produção de cacau orgânico certificado, demonstrando assim um novo processo de especialização produtiva da tradicional região cacauzeira do Brasil.

Contando com um círculo de cooperação da produção amplo, do qual participam agentes e instituições diversas, como associações de produtores de cacau e chocolate do Sul Baiano (como a ACSB e a Chocosul), instituições de ensino e pesquisa da região (como a Universidade Estadual de Santa Cruz e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia), órgãos de auxílio técnico ao produtor (como a Ceplac, o Sebrae e o Centro de Inovação do Cacau¹³), além de apoios diversos fornecidos pelo poder público, especialmente nas esferas local e estadual, observam-se recentemente a construção de redes e articulações estabelecidas em diversas escalas, que buscam impulsionar na região o desenvolvimento de modelos de produção de cacaos especiais, dentre os quais se destaca a produção de amêndoas orgânicas.

Feiras e festivais voltados à divulgação das novas formas de produção de cacau e seus derivados (nibs, chocolate, etc.) são promovidos (como o Festival Internacional do Chocolate e Cacau que ocorre anualmente em Ilhéus/BA); atividades de extensão rural, capacitação técnica do produtor e linhas de pesquisa sobre modelos sustentáveis de produção e beneficiamento do cacau são realizados (como as atividades desenvolvidas pela Ceplac e pelo CIC), e seminários especializados na avaliação das tendências do mercado cacauicultor (como colóquios realizados pelo Sebrae) são alguns exemplos do conjunto de atividades e eventos promovidos por aquelas instituições públicas e privadas supracitadas com o objetivo de viabilizar, aprimorar e fortalecer as novas formas de especialização da produção de cacau no Sul Baiano.

No entanto, a difusão da produção de cacau orgânico certificado na região mostra-se ainda bastante seletiva. Dos milhares de estabelecimentos rurais produtores de cacau que estima-se existir em todo o Sul Baiano¹⁴, apenas 271 são formalmente reconhecidos como produtores de cacau orgânico pelo

¹² Dado o caráter relativamente recente do fenômeno de certificação do cacau orgânico, os dados relativos à dinâmica de produção, processamento e exportação deste produto se apresentam ainda bastante escassos e imprecisos, muitas vezes produzidos por órgãos não oficiais. Por isso, apesar de sua desatualização, optamos aqui por utilizar um dos poucos levantamentos sistemáticos existentes sobre a produção de cacau orgânico, realizado pela Organização Internacional do Cacau (ICCO, 2006).

¹³ Criado no ano de 2016, o Centro de Inovação do Cacau (CIC) tem como objetivo realizar análises físico-químicas e contribuir com o aprimoramento da qualidade da produção regional de amêndoas. O CIC é mantido pelo Instituto Arapyau e sua concepção contou com a participação de instituições como: Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Instalado no campus da UESC, em Ilhéus/BA, o centro integra o Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia (PCT-Sul), e além de testes de qualidade do cacau, também desenvolve periodicamente seminários e cursos referentes a produção de cacau especial.

¹⁴ Não é tarefa fácil definir, com precisão, o número de produtores de cacau do Sul Baiano. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE 2017), existem cerca de 50.000 estabelecimentos rurais produtores de cacau na região (estabelecimentos com mais de 50 pés de cacau). De acordo com Noia; Midlej; Romano (2015), em 1995, quando ocorreu o lançamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira pelo Governo Federal, a Ceplac possuía em seu banco de dados cerca de 8.500 produtores de cacau registrados. Por sua vez, conforme a Associação de Produtores de Cacau do Sul Baiano (ACSB), instituição responsável por liderar o projeto de

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2020). Mesmo com a maior remuneração proporcionada aos agricultores (com preços da arroba que variam entre 30% a 100% acima daqueles pagos pela produção convencional (ROCHA, 2008), observa-se que tal seletividade da adesão dos produtores locais aos novos e mais rentáveis modelos de produção de cacau, como é o caso do cacau orgânico certificado, está relacionada às condições técnicas, financeiras e informacionais que os agricultores precisam dispor para que possam ser incorporados aos circuitos espaciais de produção de cacau orgânico.

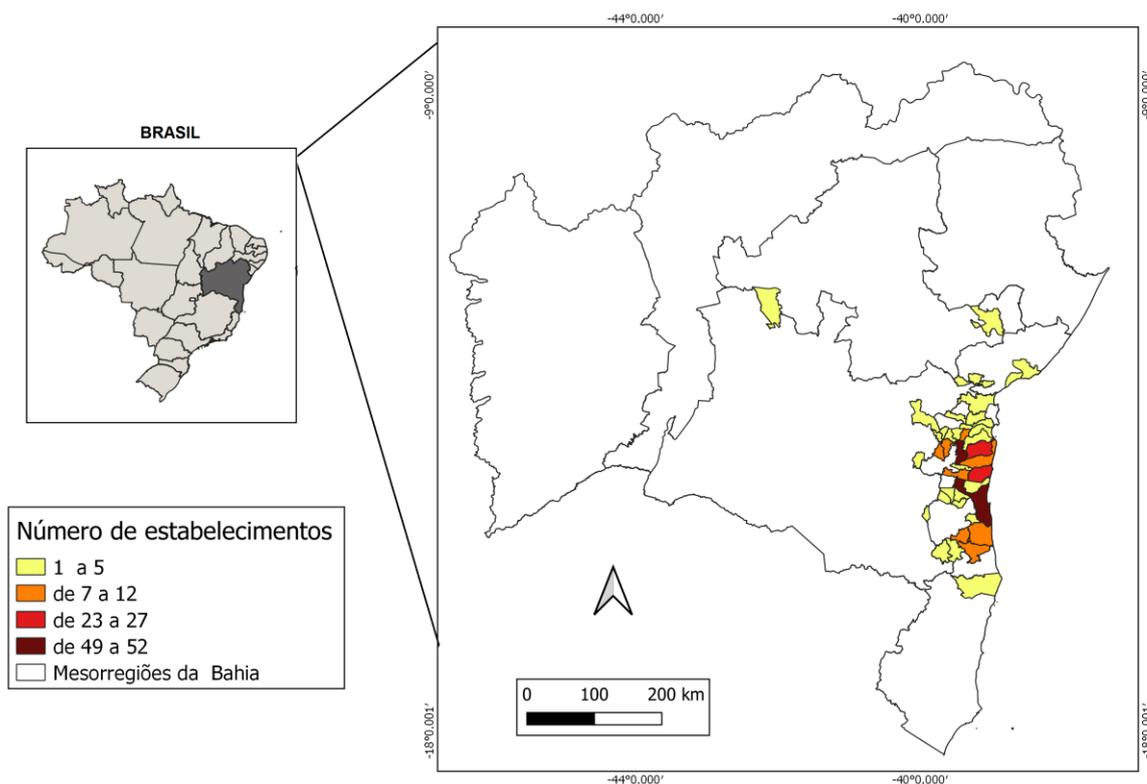
Além da necessidade do produtor deter conhecimentos e meios que permitam ao mesmo pôr em prática as técnicas de manejo da lavoura e beneficiamento das amêndoas definidos como requisitos para o reconhecimento da produção orgânica, a certificação oficial da produção impõe custos nem sempre capazes de serem cobertos pelos agricultores¹⁵. Na certificação por auditoria, por exemplo, estima-se que apenas para receber a visita técnica de um auditor da empresa certificadora e ter seu estabelecimento inspecionado, os gastos mínimos do produtor giram em torno de R\$ 2.000 (PENTEADO, 2010). Além da eventual contratação de consultores especializados para auxiliar o produtor a adequar o estabelecimento e a lavoura aos parâmetros definidos para a certificação, a necessária realização de medidas técnicas, tais como: a preparação do solo para retirada de adubos químicos; a instalação de infraestruturas especiais para a armazenagem e tratamento das amêndoas orgânicas; o emprego de equipamentos exclusivos para o cultivo da lavoura orgânica (pulverizador, maquinários, etc.); além do tamanho do estabelecimento a ser certificado, constituem-se em outros fatores que tendem a elevar ainda mais os custos dos agricultores, tudo isso se constituindo em obstáculo para que grande parte dos produtores de cacau da região alcancem a certificação formal dos seus estabelecimentos.

Contudo, apesar do número restrito de produtores orgânicos certificados, pode-se dizer que o Sul Baiano vem experimentado um relativo processo de “atualização”, na medida em que a região vem se adaptando aos novos movimentos de “descommoditização” do mercado de produtos agrícolas. Dos 43 municípios com estabelecimentos produtores de cacau orgânico no estado da Bahia, pelo menos 35 localizam-se no Sul do estado, o que sinaliza uma nova dinâmica de especialização da produção de cacau em curso na região (Figura 4). Os municípios de Ibirapitanga e Ilhéus concentram o maior número de estabelecimentos produtores de cacau orgânico formalmente reconhecidos, com 52 e 49, respectivamente, sendo acompanhados imediatamente por Itacaré, com 27, Camamu, 23, e Aurelino Leal e Ibirataia com 12 estabelecimentos cada (MAPA, 2020).

criação da Indicação Geográfica - Cacau Sul da Bahia, estima-se que somadas as cooperativas, associações e instituições setoriais que integram a organização, esta represente cerca de 3.000 cacauicultores do Sul Baiano.

¹⁵ Em entrevista concedida pelo agricultor José, realizada no dia 27 de julho de 2017, durante pesquisa de campo em Ilhéus, o mesmo relatou que devido ao fim do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, órgão responsável por custear as visitas técnicas de empresas certificadoras aos estabelecimentos de pequenos agricultores da região, ele teve dificuldades para pagar as visitas da certificadora, o que ocasionou a perda do selo de produtor orgânico pelo seu estabelecimento. Não é demais destacar que grande parte dos cacauicultores do Sul Baiano são de mini e pequenos produtores (77,3%, segundo Noia; Midlej; Romano (2015)), e seus rendimentos anuais costumam ser bastante modestos. De acordo com levantamento feito por Chiapetti; Rocha; Conceição (2020) junto a 1.769 cacauicultores do Sul Baiano, entre os anos de 2018 e 2019, 75% possuíam renda mensal proveniente da produção rural inferior à R\$ 1.417,50, enquanto para 50% os ganhos obtidos não ultrapassavam R\$ 531,00.

Figura 4 – Municípios produtores de cacau orgânico certificado no estado da Bahia, Março de 2020.



Fonte: MAPA, 2020.

Através da análise geográfica dos processos de produção, circulação, processamento, distribuição e consumo do cacau orgânico certificado (e seus derivados), ou seja, a partir do reconhecimento do seu circuito espacial de produção (SANTOS e SILVEIRA, 2001), pode-se notar que a produção de cacau orgânico do Sul Baiano se desenvolve em escala ampla, mantendo relações estreitas tanto com o mercado interno, como também estabelecendo vínculos com o mercado internacional.

A produção regional de cacau orgânico abastece, por vezes, pequenas chocolaterias artesanais do próprio Sul Baiano, quando não é o caso de ser absorvido pelos próprios produtores de cacau que realizam a produção de chocolates em seus estabelecimentos¹⁶. A criação de chocolaterias artesanais, de micro e pequeno portes na região, vem, aliás, se constituindo em uma iniciativa cada vez mais frequente, sendo constantemente estimulada nos últimos anos (através de seminários, reuniões e eventos técnicos realizados pelo Sebrae e associações de produtores, por exemplo), como forma de agregar maior valor à produção regional e proporcionar maior autonomia econômica aos produtores. A partir de dados disponibilizados pelo Fórum do Cacau, instância de articulação política que reúne diversos agentes envolvidos na cadeia produtiva do cacau (produtores, empresas, órgãos públicos, centros de pesquisa), pôde-se contabilizar a existência de pelo menos 35 fábricas de

¹⁶ Vem ocorrendo na região o estímulo aos modelos de produção denominados *bean-to-bar*, termo que em português significa “da amêndoa à barra de chocolate”, e ao modelo *tree-to-bar*, que significa “da árvore à barra de chocolate”. Enquanto o primeiro modelo se aplica aquelas chocolaterias que adquirem amêndoas de alta qualidade para a posterior produção de chocolates finos, *premium* ou *gourmet*, por exemplo, o segundo modelo corresponde ao produtor que executa todos os processos da cadeia produtiva, isto é, do plantio do cacau até a produção do chocolate. Constituem-se em exemplos de chocolaterias do sul baiano que praticam o modelo *tree-to-bar*, as empresas Sagarana – Chocolate de origem (Coaraci/Ba), Mondaka – Cacau Gourmet (Barro Preto/Ba) e a Senô – Chocolates Finos (Ilhéus/Ba), ao passo que a Cacau do Céu – Chocolates Finos (Ilhéus/Ba), Chor – Chocolates de origem (Ilhéus/Ba) e a Benevides – Chocolates Finos (Itabuna/Ba) são exemplos de praticantes do modelo *bean-to-bar*. Como forma de incrementar os negócios, algumas fazendas produtoras de cacau vem ainda promovendo passeios turísticos, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer as lavouras de cacau, assim como etapas do processo que envolve a produção do chocolate.

chocolates cuja origem é o Sul Baiano, sendo que grande parte destas iniciaram suas atividades a partir dos anos 2000 (Figura 5).

Figura 5 – Exemplos de marcas de chocolaterias locais.



Fontes: chocolatesagarana.com.br; cacaudoceu.com.br ; cacaumodaka.com; amadocacau.com.br.

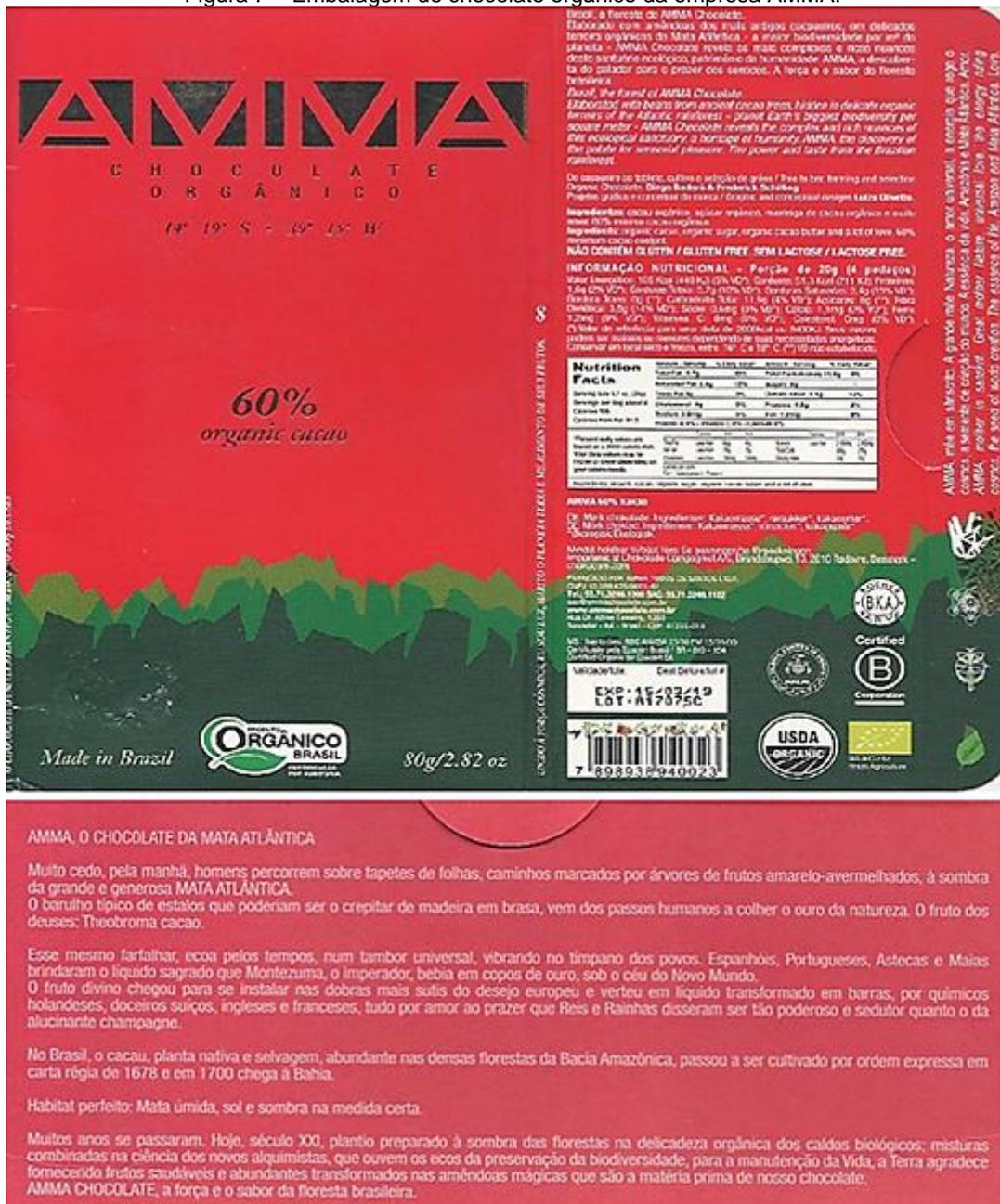
Além do consumo regional da produção de amêndoas, o circuito espacial de produção do cacau orgânico também se realiza em escala nacional, abastecendo indústrias processadoras e empresas chocolateiras de médio e grande porte, as quais distribuem seus produtos nos grandes centros urbanos do país. Estes, por exemplo, são os casos da AMMA, Mendoá, Dengo e Native (Figuras 6 e 7), empresas especializadas na produção de chocolates especiais e orgânicos que adquirem sua matéria-prima (amêndoas) no Sul Baiano, processa o cacau na própria região (Mendoá), Salvador (AMMA) ou no interior paulista (Native), e distribuem seus produtos (chocolates orgânicos certificados) em estabelecimentos convencionais (supermercados) ou lojas especializadas de chocolates e produtos orgânicos (como a Mundo Verde), situadas em grandes cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, por exemplo.

A produção de cacau orgânico certificado do Sul Baiano, também mantém relações estreitas com o mercado externo. As exportações regionais do produto tiveram a Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (Cooperativa Cabruca) como um de seus precursores, responsável por exportar 24 toneladas de amêndoas orgânicas para chocolaterias da França, Suíça e Itália no início dos anos 2000 (CEPLAC, 2008). Atualmente, menos de 0,4% do cacau produzido pelo estado da Bahia (cerca de 300 toneladas de amêndoas) é vendida para o exterior, sendo que quase a totalidade destas exportações correspondem a cacaos especiais (SEBRAE, 2019). Estes, em 2017, atingiram valor médio de U\$4,69 o quilo, ou seja, 130% acima do valor alcançado pelo cacau convencional no mesmo ano (U\$ 2,00/Kg) (SEBRAE, 2019).

Através do estabelecimento de contato direto entre produtores locais e compradores internacionais, ou com a intermediação de cooperativas, observa-se, com certa frequência, a compra de parte da produção regional de cacau orgânico por chocolaterias europeias e americanas. A redução (ou mesmo a supressão) do número de intermediários na comercialização do cacau orgânico certificado regional, possibilita ao produtor obter maiores ganhos e alcançar maior autonomia na distribuição de sua produção, conforme foi possível constatar em pesquisas de campo¹⁷. Desse modo, realiza-se

¹⁷ O agricultor Leonardo, associado à Cooperativa Cabruca, localizada na cidade de Ilhéus/Ba, relatou em entrevista durante atividade de campo realizada no dia 27 de julho de 2017, que suas amêndoas orgânicas apresentaram valor quase três vezes superior aos preços pagos pelo cacau convencional. Isso seria resultado

Figura 7 – Embalagem de chocolate orgânico da empresa AMMA.



Fonte: Foto dos autores.

A exportação de amêndoas se constitui na forma mais comum de relação estabelecida entre a produção regional de cacau orgânico e o mercado internacional, apesar da existência no Sul Baiano de indústrias chocolateiras de pequeno e médio porte, como já vimos. A exportação de chocolate orgânico certificado feito com amêndoas produzidas na região é ainda privilégio de poucas empresas, dentre as quais se destacam as já citadas AMMA e Mendoá, empresas que detêm autorização para exportação de chocolates orgânicos para os Estados Unidos e a Comunidade Europeia (Figura 7).

Ademais, pode-se ainda notar que na realização do circuito espacial de produção (produção propriamente dita, comercialização, beneficiamento, distribuição e consumo) do qual participa o cacau orgânico certificado originário do Sul Baiano, importantes “marcos de distinção” (HARVEY, 2005) da produção regional são incorporados aos produtos finais. No caso da produção e consumo de chocolates, por exemplo, a valorização do caráter sustentável de lavouras orgânicas de cacau realizadas em meio a Mata Atlântica (baseada no sistema de produção cabruca), se constitui em aspecto ressaltado pelas empresas como forma de distinção e agregação de valor (seja ele tangível

ou intangível) ao seu produto (Figuras 6 e 7). Através da valorização da origem do produto e do modelo específico de manejo empregado na produção do cacau, observa-se uma clara estratégia das empresas de diferenciação e desvinculação do seu produto do mercado convencional de chocolates.

Desse modo, pode-se dizer que o circuito espacial de produção de cacau orgânico certificado não somente opera em diversas escalas geográficas, como também assume feições particulares, distinguindo-se dos circuitos espaciais de produção de cacau convencional, tipo *commodity*. Além de agregar maior valor à produção – proporcionando ao produtor melhores remunerações pelo seu trabalho –, e fortalecer a identidade do produtor e da região produtora – através da valorização dos “marcos de distinção” da produção regional –, a produção de cacau orgânico certificado tende também a conferir maior autonomia ao agricultor na comercialização de seus produtos, possibilitando a este “ligar-se” diretamente aos compradores nacionais e internacionais, isto é, realizar um “salto de escala” (FREDERICO, 2014), e assim “escapar” da forte regulação dos mercados exercida pelas grandes *tradings* da cacauicultura mundial.

Entretanto, se, por um lado, esse modelo de produção especial proporciona maior autonomia econômica e política aos produtores, sobretudo frente às grandes *tradings*, afastando-os inclusive da instabilidade e da vulnerabilidade social e territorial produzida pelo mercado convencional de *commodities*, por outro lado, ele também opera uma “segmentação vertical da região”, na medida em que apenas alguns poucos agricultores conseguem angariar os benefícios de sua incorporação aos circuitos espaciais de produtos certificados.

Desse modo, sob certo ponto de vista, pode-se dizer que a difusão seletiva da produção de cacau orgânico certificada no Sul Baiano, isto é, o novo processo de especialização e atualização regional, tal como vem ocorrendo, tende a acentuar as diferenças entre os produtores locais, fomentando assim desigualdades intrarregionais de novo tipo. Neste sentido, conforme assevera Santos (2008, p.153), observa-se então que “[...] o processo de refundição das regionalizações segue seu curso, tendo em conta os dados mundiais e os dados locais, criando e recriando novas desigualdades”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e a comercialização de produtos orgânicos têm se expandido pelo mundo, apoiado em discursos que se opõem aos parâmetros de produção estabelecidos pela agricultura moderna (sobretudo o modelo das *commodities*) e valorizando práticas agrícolas “ecologicamente corretas”, relações de produção mais equânimes no campo, e propondo o estabelecimento de uma maior autonomia e identidade dos agricultores e regiões produtoras. Assim, a produção orgânica certificada vem representando um movimento de “*descommoditização*” da produção agrícola (DAVIRON e VAGNERON, 2011), ainda que seu alcance seja limitado e seus benefícios para o conjunto dos produtores rurais possa, e mesmo deva, ser questionado.

A cacauicultura brasileira se insere neste movimento desde a década de 1990, após a chamada “crise do cacau” e a “crise da região cacauífera”. Desde então, observa-se a emergência de um novo processo de especialização regional produtiva do Sul da Bahia – uma das principais regiões cacauicultoras do país – fenômeno este que ocorre através da implantação de formas especiais de produção de cacau na região, dentre as quais se destaca a produção de cacau orgânico certificado. Trata-se, ao nosso ver, de uma espécie de “atualização produtiva da região” e, ao mesmo tempo, de uma estratégia (ainda que incipiente) adotada por produtores, empresas e instituições para (re)inserir o Sul Baiano nos modernos circuitos espaciais de produtos agrícolas.

Contudo, devido a racionalização desse processo e os custos que envolvem a certificação, grande parte dos produtores de cacau do Sul Baiano não conseguem se inserir nos novos e mais rentáveis circuitos espaciais de produtos certificados, devido as condições técnicas, financeiras e informacionais limitativas na qual se encontram. Em função da racionalidade técnica e econômica estrita que passa a reger o processo de certificação dos produtores, alguns dos princípios e dos objetivos básicos do movimento de certificação dos produtos orgânicos (tais como a busca pela maior inclusão dos pequenos produtores às cadeias de valor e a promoção de um desenvolvimento mais equânime no campo) deixam de ser contemplados, e novas formas de segregação e desigualdades entre os produtores passam a ser fomentadas na tradicional região cacauífera brasileira.

Entretanto, vale dizer que mesmo diante das contradições produzidas pelo fenômeno de “*descommoditização*” da produção, pôde-se observar que a produção agrícola certificada deixa entreaberta a possibilidade de melhoria das condições de vida dos pequenos e médios produtores, os

quais através da construção de alianças locais e da defesa de interesses e projetos comuns podem se contrapor aos mercados agrícolas padronizados, passando a dispor de uma maior autonomia econômica e política a partir da valorização das formas específicas de produção que praticam.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22 (3), p. 461 - 474, dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira. Ilhéus, Ba. Bahia é pioneira na produção e exportação de cacau orgânico. (10/03/2008). Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1119>>. Acessado em: 17 de março de 2018

CHIAPETTI, J. O uso corporativo do território brasileiro e os processos de formação de um espaço derivado: Transformações e Permanências na Região Cacaueira da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia) - Rio Claro: UNESP. 2009.

_____. A crise da atividade cacaueira no contexto do reordenamento da economia mundial. *Centro de Pesquisas do Cacau*, Ilhéus, Bahia, Brasil. *Agrotrópica*. 26 (3), p. 165 - 174, 2014. <https://doi.org/10.21757/0103-3816.2014v26n3p157-166>

CHIAPETTI, J.; ROCHA, R.; CONCEIÇÃO, A. (Org.). *Panorama da cacauicultura no território litoral sul da Bahia (2015-2019)*. Instituto Floresta Viva: Ilhéus, 2020.

COGUETO, J. V. *Indicação Geográfica e cafés especiais: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Rio Claro: UNESP. 2014.

DAVIRON, B; VAGNERON, I. From commoditization to de-commoditization ... and back again. *Discussing the role of sustainability standards for agricultural*. *Development Policy Review*, 29 (1), p. 91-113, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7679.2011.00515.x>

FGV - Fundação Getúlio Vargas. *Cacau*. *Agroanalysis*. São Paulo; Centro de Estudos do Agronegócio, v. 9, n.8, p. 02 - 13, agosto/1985.

FREDERICO, S. Lógicas das commodities, finanças e cafeicultura. *Boletim Campineiro de Geografia*. vol.3, n.1, p. 97 - 116, 2013.

_____. *Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas*. *Mercator*. Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1301.0003>

FREDERICO, S; BARONE, M. *Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas - ASSODANTAS*, Poços de Caldas (MG). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 27 (3): p. 393-404, set-dez/2015. <https://doi.org/10.1590/1982-451320150303>

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 2004.

GOMES, A. PIRES, M. (Org.). *Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas*. Ilhéus, BA: Editus, 2015.

HARVEY, D. *Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*. Brasília, DF: IBGE, 2006. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1730#resultado>>. Vários acessos em dezembro de 2017.

_____. *Censo Agropecuário de 2017*. Brasília, DF: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localida

de=0&tema=76248>. Acesso em: Vários em dezembro de 2019.

_____. Bases cartográficas. Brasília, DF: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acessos em: Vários entre fevereiro e março de 2020.

ICCO - International Cocoa Organization. A Study on the market for organic cocoa. Executive Committee. One hundred and thirtieth meeting London, p. 12-15, Sept./2006.

_____. Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics. Cocoayear 2016/17, Vol. XLIII, n. 1, 2017.

LOBÃO, D. E. Agroecossistema cacauero da Bahia: cacau-cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas. Tese (Doutorado em Agronomia), Jaboticabal: UNESP, 2007.

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. (Valido até 31/03/2020). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acessado em: 17 de março de 2020.

MENEZES, J. A. de. A modernização do agribusiness do cacau. São Paulo; Fundação Cargill, 1993.

MERCADO DO CACAU. Cacau fino do Sul da Bahia concorre a prêmio na França nesta quarta-feira. (30/10/2019). Disponível em: <<http://mercadodocacau.com/artigo/cacau-fino-do-sul-da-bahia-concorre-a-premio-na-franca-nesta-quarta-feira>> Acessado em 03/03/2020.

NOIA, A.; MIDLEJ, M.; ROMANO, J. A cacauicultura na região sul da Bahia: trajetória, crises e perspectivas. In: GOMES, A. PIRES, M. (Org.). Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 16-41.

PENTEADO, S. Certificação Agrícola - Selo Ambiental e Orgânico - Silvio Penteado - Campinas-SP - Edição do Autor - 2ª Edição, 2010.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. Sociedade & Natureza. Uberlândia, 22 (2), p. 347-355, ago. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>

PIRES, M., et. al. Dinâmica e análise econômica da viabilidade dos sistemas de produção de cacau orgânico do sul da Bahia. GOMES, A. PIRES, M. (Org.). Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 44-78.

ROCHA, L. B. A região cacauera da Bahia dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. Da totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, A. M.; SANTOS, G. B.; SANTOS, P. B. Cacau fino: produção, consumo e tecnologia. GOMES, A. PIRES, M. (Org.). Cacauicultura: estrutura produtiva, mercados e perspectivas. Ilhéus, BA: Editus, 2015. p. 229-254.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Análise Estratégica Setorial - Cacau do Sul Da Bahia. Instituto Arapyaú. 2019. Disponível em: <<https://arapyau.org.br/conteudo/publicacoes/page/2/>>.

THE DARK side of chocolate. Direção: Miki Mistrati. Produção: Helle Faber. Dinamarca: Bastard films, 2010. (46 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Vfbv6hNeng>>. Acesso em: vários em 2018.

SLAVERY: a global investigation. Direção: Kate Blewet; Brian Woods. Produção: Kate Blewet; Brian

Woods. Reino Unido: True vision, 2000. (79 min.). Disponível em:
<<https://truevisiontv.com/films/index/96>>. Acesso em: vários em 2018.

TOLEDO, M. R. Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Campinas: UNICAMP. 2005.

VALOR ECONÔMICO. Corpo 'atrapalha' protesto de produtores de cacau na BA. (05/03/2013). Disponível em: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2013/03/05/corpo-atrapalha-protesto-de-produtores-de-cacau-na-ba.ghtml>>. Acessado em 3 de março de 2018.

ZUGAIB, A. C. Análise da Importação de Cacau Via Drawback no Brasil e sua influência para os produtores, industriais e governo. Ilhéus-BA: CEPLAC, 2005.

_____. Mudanças cambiais e o efeito dos fatores de crescimento ou declínio das receitas de exportações brasileiras de cacau em amêndoas. Revista Bahia Agrícola. v.8, n. 2, p. 43-48, nov. 2008.

ZUGAIB, A. C. et. al. Análise do Mercado Processador de Cacau no Brasil vista sob o modelo Estrutura-Condução-Desempenho. Ilhéus-BA: CEPLAC, 2006.

Recebido em: 31/03/2020

Aceito para publicação em: 03/08/2020